



50 anos da Psicologia no Brasil

A história da psicologia no país

1500.1808

1808.1890

1890.1930

1930.1962

1962.1980

1980.2012

Luta Antimanicomial

congresso brasileiro
de psicologia:
ciência e profissão

50 anos da **Psicologia** no Brasil

A história da psicologia no país

2013
1ª edição



Conselho Regional
de Psicologia SP

PSICOLOGIA
50 ANOS DE PROFISSÃO

E X P O S I Ç Ã O

Apresentação

Este é o catálogo da Exposição Psicologia: 50 anos de Profissão no Brasil que apresentamos neste momento às (aos) psicólogas (os) do Brasil e ao público em geral. Assim, a elaboração desse catálogo é a forma de perenizarmos os resultados do trabalho realizado pelos membros da curadoria, com o apoio da comunidade acadêmica dedicada à pesquisa em história da psicologia. A exposição foi dividida em duas partes distintas: uma em formato resumido percorreu todo o Brasil na forma de um painel que foi exposto em várias cidades pelos 20 Conselhos Regionais de Psicologia e a outra, na sua forma estendida, foi exposta durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, ocorrida de 19 a 21 de setembro de 2012 em São Paulo, no Parque Anhembi.

A periodização aqui apresentada está, de certa forma, circunscrita ao escopo da exposição e à capacidade de expor tão longo período no espaço destinado a essa exposição pelo Comitê Organizador da 2ª Mostra. Apesar de generoso, o espaço impunha limitações que foram contornadas através de uma difícil decisão da curadoria na escolha dos fatos marcantes de cada um dos cinco períodos. Uma história baseada no próprio desenvolvimento histórico de uma nação e de seus atores, dos nativos aos catequizadores, do colonizador português aos negros escravos, mulatos, cafuzos, mestiços em geral que formavam o nascente povo brasileiro e à forma como a condição de brasilidade constituiu-se formando o repertório cultural e erudito de nosso povo e dentre esse repertório, o que gerou a ciência brasileira, e aqui incluímos a Psicologia no momento da sua autonomização, da sua consolidação em território brasileiro e sua regulamentação, constituindo-se com profissão. Por fim, a fase de redemocratização e crescimento transformando-se na Psicologia que vemos na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia que abarca, agora, todo território nacional. Psicologia brasileira, 50 anos: muito a comemorar e muito mais a fazer!

Comissão Curadora

Exposição 50 anos da Psicologia no Brasil A história da Psicologia no país

Curadoria:

Odair Furtado (*FACHS/PUC-SP*) Curador

Marilene Proença Rebello de Souza (*IPUSP e CFP*)

Carmem Silvia Rotondano Taverna (*Colaboradora do NEPH-PUC-SP*)

Érika Lourenço (*UFMG*)

Mitsuko Aparecida Makino Antunes (*FE/PUC-SP*)

Consultoria:

Aliciene Fusca Machado Cordeiro

Ana Maria Jacó-Vilela

Deborah Rosária Barbosa

Helena Beatriz Kochenborge Scarparo

Nádia Maria Dourado Rocha

Norberto Abreu e Silva Neto

William Barbosa Gomes

Créditos:

Gerente geral: Diógenes A. Pepe - CRP SP

Fotos: Fernando Gennaro e Artificio Arquitetura e Exposições

Diagramação: Micael Melchiades e Paulo Mota - CRP SP

C744p	Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org.)
	Exposição 50 anos da psicologia no Brasil: A História da psicologia no Brasil./ Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. - São Paulo: CRPSP, 2011
	11f.; il.; 32cm
	Bibliografia ISBN: 978-85-60405-21-3
	1. Psicologia 2. Exposição 3. História - Psicologia 4. Psicologia - Brasil I. Título
	CDD 159.9

Ficha Catalográfica

Elaborada por: Vera Lúcia R. dos Santos

Bibliotecária - CRB

8ª Região 6198

CATEQUESE

A colonização portuguesa baseou-se na espoliação e na apropriação das riquezas brasileiras, com base no trabalho escravo. Além do aparato repressivo e administrativo da metrópole, não havia instituições no Brasil. Até o século XVIII, a Companhia de Jesus ocupava a função de aparato ideológico, como braço intelectual da metrópole, atuando, sobretudo, na catequização dos indígenas e na educação dos filhos dos colonos.



“ (...) nenhum minino ha de tam ruim condiçam, que nam possa ser corrigivel, e domesticavel.



frase contida no livro A arte de crear bem os filhos na idade da puerícia, escrito pelo jesuíta Alexandre de Gusmão, em 1685

capa do livro Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil, escrito pelo padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus, na segunda metade do século XVI



da esquerda para a direita

Mulher Africana, 1641
Albert Eckhout

Homem Africano, 1641
Albert Eckhout

Índio Tapuia, 1643
Albert Eckhout

Índia Tupi, 1641
Albert Eckhout

Índio Tupi, 1643
Albert Eckhout

Mulher Mameluca, 1641
Albert Eckhout

Homem Mestiço, 1641
Albert Eckhout

1500 - 1808

SABERES PSICOLÓGICOS

Religiosos, políticos, educadores, filósofos e moralistas foram os primeiros a abordar questões psicológicas no Brasil colonial. Essas ideias figuram em obras de filosofia moral, teologia, pedagogia, medicina, política e arquitetura; abordando temas como emoções, sentidos, autoconhecimento, educação, personalidade, controle do comportamento, aprendizagem, influência paterna, educação feminina, trabalho, adaptação ao meio, processos psicológicos, práticas médicas, controle político, diferenças raciais e étnicas e persuasão de “selvagens”.

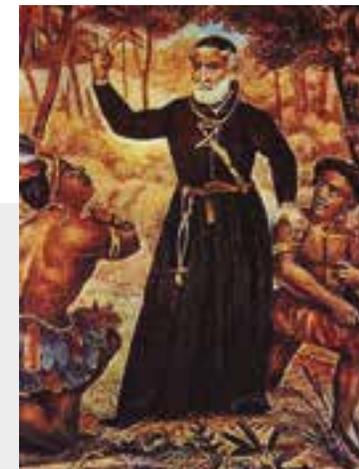
Na pedagogia, um exemplo é a obra A arte de crear bem os filhos na idade da puerícia, escrita pelo jesuíta Alexandre de Gusmão, em 1685, que diz:

“Nam ha condiçam de minino tam ruim que nam possa ser domada pela boa creaçam.” (p. 134)

“(…) nenhum minino ha de tam ruim condiçam, que nam possa ser corrigivel, e domesticavel.” (p. 138)

No século XVIII, com o Iluminismo, emergem novas concepções de conhecimento, que tiveram impacto sobre o entendimento dos fenômenos psicológicos. Destaca-se a figura do médico, agora substituto da figura do confessor, na cura dos males da alma.

O médico Mello Franco na obra - Medicina Theologica ou Suplica Humilde, feita a todos os Senhores Confessores e Directores, sobre o modo de proceder com os seus Penitentes na emenda dos Peccados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice (1794) afirma que: “Descobrimdo-se na Confissão, as chagas todas do coração humano facilmente são conhecidas e podem ser inteiramente curadas pelos Médicos, que as observarão e examinarão em segredo”. O médico é, ao mesmo tempo, detentor do saber sobre o sujeito e agente da terapia: “Ser medico quer dizer hum sogeito que examina seu enfermo com cuidado, combina com atencao as circunstâncias da culpa, julga de sua causa com inteireza, ensina com brandura tudo quanto o Penitente deve fazer para evitar seus pecados, lhe prescreve os remédios necessários para os curar, e mesmo procura com affecto estes remedios” .



no sentido horário de cima para baixo

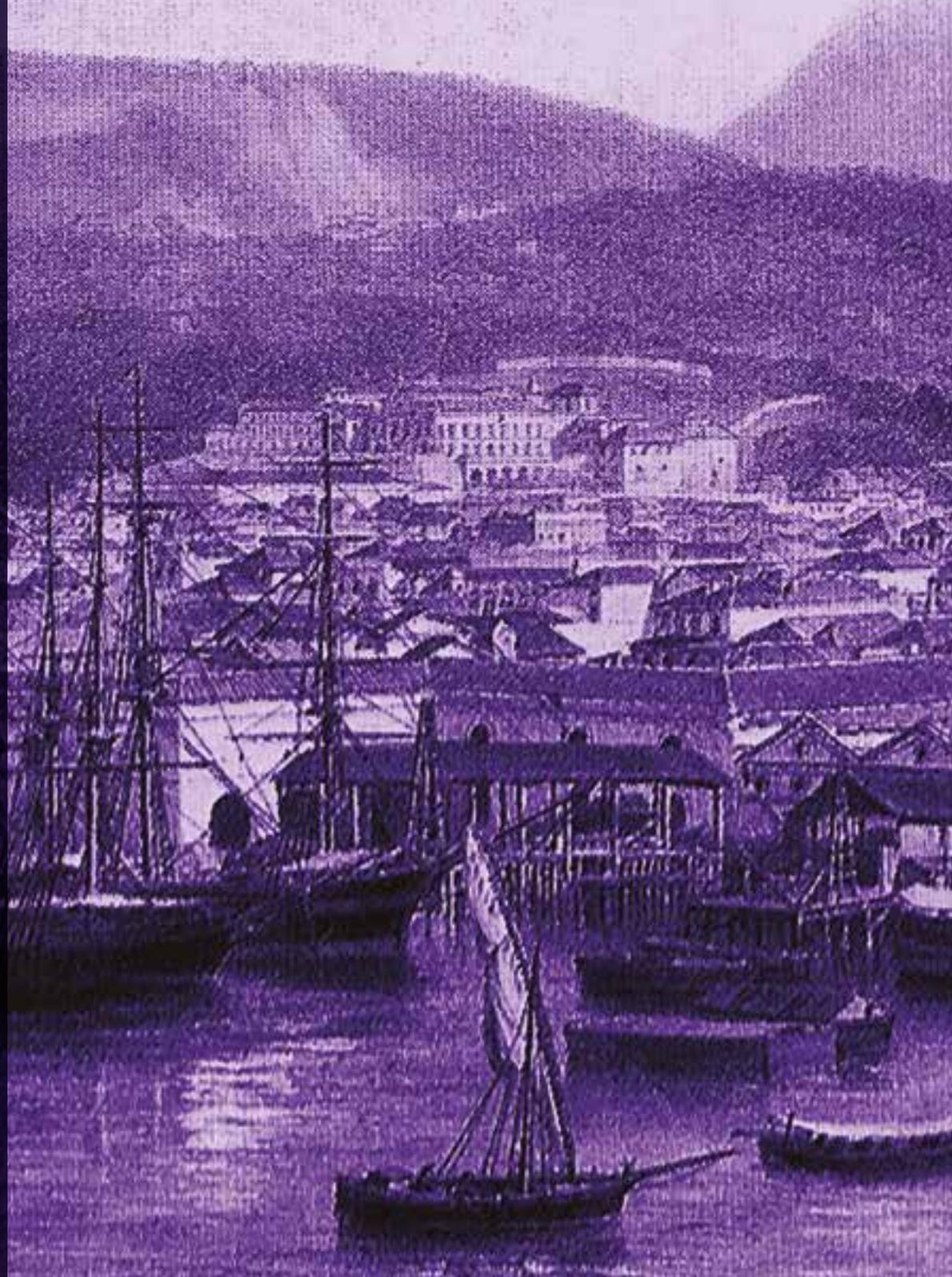
Imagem de Padre Antônio Vieira em cena de catequese de povos nativos

Anchieta e Nóbrega na cabana de Pindobuçu, 1927
Benedito Calixto
Acervo do Museu Paulista

Aldeia de Tapuias, cerca de 1835
Rugendas
Litografia
Biblioteca Municipal Mário de Andrade - São Paulo

HIGIENISMO

No século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, foram criadas instituições destinadas à administração pública e à vida cultural, como bibliotecas, academias e instituições de ensino, Faculdades de Medicina e de Direito, Escolas Normais. Salvador e Rio de Janeiro tornam-se grandes centros urbanos, apresentando problemas relacionados ao aumento de um contingente populacional excluído das condições mínimas de dignidade, como os leprosos, loucos, prostitutas, alcoólatras, crianças abandonadas, muitos dos quais ex-escravos que, já não mais produtivos, eram abandonados à própria sorte e se tornavam alvos de práticas higienistas, como a reclusão em prisões e hospícios, respaldada pelo discurso médico. Em meados do século, com o ciclo econômico do café, mudanças significativas ocorreram, como a penetração de ideias produzidas na Europa, especialmente o Liberalismo e o Positivismo, além de condições sociais e intelectuais que levariam à implantação de um estado republicano e, com isso, condições para mudanças mais profundas na sociedade brasileira.



“ (...) muita saúva e pouca saúde, os males do Brasil são.



frase - Macunaíma - Mario de Andrade
O Brasil é um país à mercê de dois males: das saúvas, que atacam as suas lavouras, e das moléstias, que fazem dele um povo de pouca saúde.

imagem - Jean-Baptiste Debret
Escravo com máscara de flandres, 1835

1808 - 1890

SABERES PSICOLÓGICOS PRODUZIDOS EM OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

Os saberes psicológicos, no século XIX, foram produzidos principalmente no interior da medicina e da educação; na medicina, em teses doutorais que os formandos do curso de medicina deveriam defender para obter o título de doutor e nas práticas dos hospícios. Grande parte dos assuntos psicológicos tratados referem-se à: paixões ou emoções, diagnóstico e tratamento das alucinações mentais, epilepsia, histeria.

A primeira tese que trata do fenômeno psicológico foi defendida por Manoel Ignacio de Figueiredo Jaime, em 1836, com o título: As paixões e afetos d'alma em geral e em particular sobre o amor, a amizade, a gratidão e o amor da pátria.

A partir da década de 1840 foram criados os primeiros hospícios no Brasil, baseando-se na necessidade de oferecer tratamento adequado aos "loucos", que até

então viviam nas ruas, prisões e nas "casinhas de doudos" das Santas Casas de Misericórdia.

Na educação, conteúdos psicológicos que abordavam as faculdades psíquicas – inteligência, sensações e vontade - a aprendizagem e os métodos e instrumentos educativos são encontrados no ensino secundário e, sobretudo, nas Escolas Normais, com a crescente preocupação com o fenômeno psicológico, fundamentando principalmente a metodologia de ensino, com foco no educando e na formação do educador. Conteúdos psicológicos são encontrados nas disciplinas - "Filosofia", "Psicologia Lógica", "Pedagogia" e "Pedagogia e Psicologia".

Algumas obras deste período são: O esqueleto das faculdades e a origem das idéias do espírito humano, obra mui útil para os moços que se applicão ao estudo de Philosophia, escrita por João Antônio dos Santos, impressa pela a- MG em 1847 e Investigações de Psicologia, de autoria de Eduardo Ferreira França, provavelmente o mais antigo das três Américas, publicado em Salvador-Ba, 1854.



da esquerda para a direita

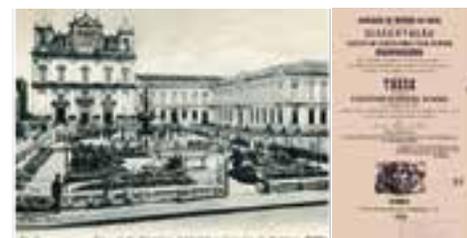
Francesco Pesce
Retrato de D. Pedro II
Fotografia, cerca de 1888

Fotografia de membros da família real

Mulher com dois escravos, Bahia, 1860
Fotografia
Autor desconhecido

Armand Julien Pallière
Chafariz das Marrecas, cerca de 1830
Aquarela
O Chafariz das arrecas foi construído por Mestre Valentim para fornecer água ao Passeio Público

Escravos em uma plantação de café, cerca de 1882



no sentido horário de cima para baixo

Imagem da Praça XV de Novembro, mostrando a Catedral e a Faculdade de Medicina, Salvador, Bahia.

Capa da tese de Francisco Borges de Barros: A influencia do celibato sobre a saúde do homem, pela Faculdade de Medicina da Bahia, 1896.

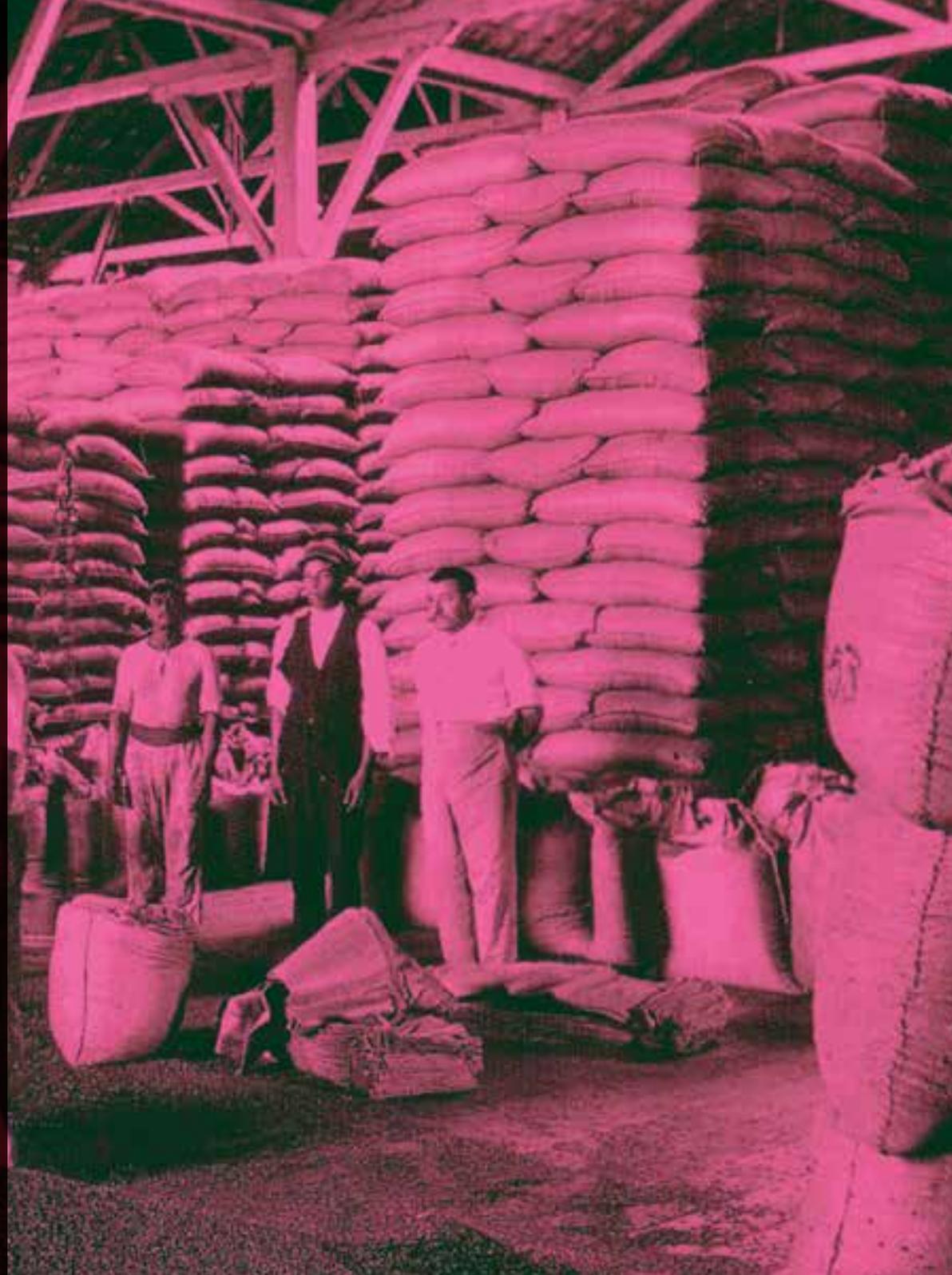
Imagem do Colégio D. Pedro II em construção.

Castigos impostos aos escravos
Máscara de Flandres

Eduardo Ferreira França (1809-1854).
Autor de Investigações de Psicologia

REPÚBLICA

As crises do Império, a defesa dos ideais republicanos, a insatisfação generalizada e uma aliança entre militares e fazendeiros de café culminaram na proclamação da República. Foram implantados o sistema presidencialista, os três poderes, a autonomia dos estados e a soberania da União e sua Constituição Federal. A produção cafeeira era a base da economia e seus interesses determinavam os rumos da política econômica e social. A abolição da escravidão, a imigração e o trabalho livre formaram um razoável mercado consumidor, aumentando o fluxo monetário. Externamente, a exportação do café garantiu acúmulo de capital suficiente para gestar mudanças estruturais. A concentração das lavouras em São Paulo e Minas Gerais, transferiu o domínio político e econômico para o sudeste, região onde se concentrou o desenvolvimento econômico e o adensamento humano. A comercialização e exportação do café dependiam de condições para escoar a produção. A construção de estradas de ferro ligou o interior aos portos e iniciou a industrialização do país. O crescimento econômico e o aumento populacional exigiram reformas urbanas: a abertura de escolas, hospitais e incremento da infraestrutura. O descontentamento da maioria da população com seu isolamento das benesses do Estado, levou à organização de diversos movimentos, dentre os quais o anarcossindicalismo, o socialismo e outras organizações de esquerda que tiveram papel marcante na vida social da época, mas que foram derrotados no final dos anos 1930, quando forças dominantes aliadas a setores médios da população conquistam as condições para a recomposição do poder.



“O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava...”



frase - Aristides Lobo em artigo escrito no dia 15, e publicado no Diário Popular de 18 de novembro de 1889

imagem - Caricatura de D. Pedro II representando a queda da monarquia e o início da república no Brasil

1890 - 1930 AUTONOMIZAÇÃO DA PSICOLOGIA



UM PROJETO DE NAÇÃO: A MODERNIDADE E A PSICOLOGIA A SEU SERVIÇO

A política econômica à serviço dos cafeicultores gerou profundo descontentamento entre todas as camadas excluídas da sociedade brasileira. Das camadas intelectuais, animadas pelo ideário liberal, surge um projeto de nação, que almejava elevar o Brasil à modernidade, rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Daí a necessidade de um ser humano novo para a nova sociedade, tarefa para a educação que, baseada no escolanovismo, busca na Psicologia a ciência que dará base para sua ação. São então criados os primeiros laboratórios da área nas Escolas Normais e em alguns hospícios, nos quais ampla gama de temas psicológicos foi estudada. Nesse momento, penetram no país as ideias que estão sendo produzidas pela psicologia européia e estadunidense, assim como obras e a própria presença de importantes psicólogos estrangeiros. Percebe-se que, nesse momento, ainda que

produzida no interior de outras áreas do saber, é a Psicologia Científica que, de fato, encontra solo fértil para desenvolver-se no Brasil. Gradativamente, portanto, a Psicologia vai sendo reconhecida como uma ciência autônoma, ocupando um lugar significativo no âmbito do ensino, da pesquisa e da prática.

Destaca-se a obra: *Attentados ao pudor: estudo sobre as aberrações do instinto sexual*, de Viveiros de Castro (1895), publicada em Recife e no Rio de Janeiro por duas editoras.

Datam da década de 1920 as primeiras aplicações sistemáticas da Psicologia às questões relativas ao trabalho, embora seu desenvolvimento venha a ocorrer de fato após os anos 1930, sobretudo relacionado às novas perspectivas de industrialização do país.



em cima, da esquerda para a direita

Imagem de migrantes chegando a São Paulo

Imigrantes ao chegar no Brasil

em baixo, da esquerda para a direita

Publicidade de vendas de produtos japoneses em São Paulo

Página de exemplar de jornal escrito em árabe, de 1908

Página de periódico em língua italiana, de 1908, produzido em São Paulo

Greve dos trabalhadores da Fábrica de Cimento Perus durante manifestação nas ruas de São Paulo, em 1962

primeira coluna, da esquerda para a direita

Segunda capa do *Teste Individual de Inteligência*: noções gerais sobre testes, de 1928, de Isaias Alves. Este aborda a fórmula Binet-Simon-Burt e sua adaptação para a realidade brasileira, bem como os testes de labirinto de Porteus

Alunas de uma escola normal, em regime de internato exclusivamente para garotas, em Minas Gerais

Fachada do Pedagogium, Rio de Janeiro

Sala de aula de garotos da escola Caetano de Campos

imagem acima

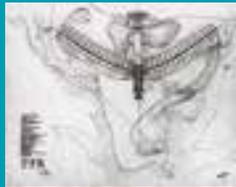
Hospital Psiquiátrico do Juqueri Claudio Eddinger

MODERNIDADE

O movimento de 1930 decreta o fim da República Velha. Getúlio Vargas assume a presidência empunhando as bandeiras da modernização econômica e social, com obras de infraestrutura, instalação de indústrias de base e reorganização das relações de trabalho. A Revolução Constitucionalista de 1932, ainda que derrotada, contribui para a instalação de uma Assembleia Constituinte que promulga, em 1934, a nova Carta Magna. O país acelera o processo de urbanização, com a migração de trabalhadores do campo para as cidades. Em 1937, instaura-se a ditadura do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas, que implanta o nacional-desenvolvimentismo no plano econômico e o populismo e práticas autoritárias no plano político e social. Com o fim do Estado Novo, em 1945, o país retorna ao Estado de Direito. Na década de 1950 Juscelino Kubistchek é eleito e estabelece um plano para a aceleração do desenvolvimento do país, denominado 50 anos em 5. O Brasil do automóvel, da televisão, da bossa nova, campeão do mundo no futebol e da nova capital federal em Brasília, faz prever o fortalecimento da identidade nacional. A sucessão de fatos históricos, com a eleição e a renúncia de Jânio Quadros, a resistência dos setores conservadores à posse de João Goulart e às reformas de base, propostas pelo novo presidente, alimentam uma fase de turbulência institucional, que termina com o golpe militar em abril de 1964.



“Creio que apressar a marcha do Brasil, ativar o seu desenvolvimento é imperativo da defesa de nossa própria sobrevivência.



frase de Juscelino Kubitschek

imagem - Plano Piloto do urbanista Lúcio Costa para a construção de Brasília.

1930 - 1962

A CONSOLIDAÇÃO DA PSICOLOGIA



ENSINO, PESQUISA, PUBLICAÇÕES, CONGRESSOS, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO PRÁTICA: O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA PSICOLOGIA RUMO À REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL.

A Psicologia se consolida como uma ciência capaz de formular teorias, técnicas e práticas para orientar e integrar o processo de desenvolvimento demandado pela nova ordem política e social. Consolidam-se os campos de atuação: educação, trabalho e clínica. Testes e métodos de avaliação psicológicos são utilizados nos serviços públicos de orientação infantil implantados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estes também são a base do trabalho de institutos como o IDORT/SP, ISOP/RJ, IDOV/BA e SOS/PMG, voltados para a seleção e orientação de pessoal e organização do trabalho. Os Serviços Nacionais da Indústria e do Comércio adotam abordagens psicológicas para a qualificação profissional. A Psicologia desvincula-se gradativamente da psiquiatria, ganhando status de disciplina independente nos cursos de pedagogia,

ciências sociais e filosofia. Cresce o intercâmbio com o exterior: profissionais estrangeiros vêm ao Brasil ministrar cursos e dirigir grupos de estudos. Ao mesmo tempo, aumentam as publicações de Psicologia. No plano institucional, psicólogos se organizam em associações que reivindicam a regulamentação da profissão. Nos anos 1950 uma sucessão de fatos amadurece a luta: o primeiro pedido de registro de um consultório de psicopedagogia no Ministério da Educação; o primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia, em Curitiba; o primeiro anteprojeto sobre a formação e regulamentação da profissão, apresentado pela Associação Brasileira de Psicotécnica; a criação dos cursos de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e na PUC de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1958 é apresentado o Projeto de Lei 3825 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de psicologista.



da esquerda para a direita

Construção do Congresso Nacional Fotografia de Marcel Gautherot

Professores fazem estágio em uma oficina do Senai, São Paulo

Propaganda de Fábrica de Tecido. Revista Moderna, dezembro de 1958

Capa da revista Fon Fon, 1955. O periódico tratava principalmente dos costumes e notícias do cotidiano, ligados ao universo feminino

Página de interior da revista Fon Fon, de 1953



primeira coluna, da esquerda para a direita

Fotografia de Aniela Grinsberg. Década de 1930

Betti Katzenstein aplicando teste. Década de 1940

segunda coluna, da esquerda para a direita

Fotografia de Helena Antipoff

Escola Normal Caetano de Campos - entrada das meninas e entrada de meninos. álbum 1908 - Acervo iconográfico da Escola Estadual Caetano de Campos



REPRESSÃO

O primeiro período do governo João Goulart foi marcado pela solução negociada para sua posse: a instauração do regime parlamentarista. Em 1963, um plebiscito nacional decidiu pela volta ao presidencialismo. Jango dá início às reformas de base: agrária, urbana, educacional, tributária, administrativa, eleitoral, universitária e bancária. O governo intervém nos planos econômico, social, educacional, de política energética e mineração; autoriza a organização dos sindicatos rurais; faz aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; cria a Eletrobrás; lança a Campanha Nacional de Educação para alfabetização e promulga a lei que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural. Comícios, greves e passeatas contra a carestia e em apoio às reformas e ao governo popular ocorriam pelo país. A UNE organiza os Centros Populares de Cultura (CPC) reunindo intelectuais e artistas em eventos de mobilização e conscientização popular. Luta-se para que o povo seja protagonista de sua história. É o tempo do cinema novo, dos Teatros Oficina e de Arena, da música de protesto. Acredita-se que o livre pensar e o livre manifestar vão transformar o país. A criação da Universidade de Brasília com seu modelo inovador de docência e pesquisa incomodou ainda mais os setores conservadores da inteligência brasileira.

O governo Jango, ao contrariar interesses dos latifundiários, do capital estrangeiro, dos setores conservadores da Igreja Católica e das camadas médias urbanas, dividiu o país. As campanhas contra a suposta orientação pró-comunista de Jango, empreendidas pelos jornais, rádio e televisão, apavoraram as camadas médias, que apoiaram as Marchas com Deus pela Liberdade, supostamente lideradas por senhoras da sociedade.

Com o apoio das elites e suporte estratégico dos Estados Unidos, as Forças Armadas planejam e efetivam o golpe de 1º de abril de 1964, depondo João Goulart e levando à ruptura institucional. Com a ditadura militar, a ideologia do desenvolvimento social é substituída pela de modernização; reforça-se o processo de internacionalização da economia. O Brasil alinha-se aos Estados Unidos no quadro da Guerra Fria, traçando uma política de interdependência e impedindo a autonomia do país. O acordo MEC USAID enfraquece as universidades públicas, foco de resistência ao regime militar. O Brasil vive o ano de 1968 de forma conturbada, marcado por manifestações de estudantes, artistas e operários. Surgem os primeiros casos de guerrilha urbana. O Congresso da UNE, em Ibiúna, é descoberto pela polícia política que efetua dezenas de prisões. A ala dura do exército impõe-se e exige do governo Costa e Silva medidas ainda mais severas. Em nome da Segurança Nacional é editado o AI 5, em 13 de dezembro, impondo poderes totais de repressão, cassação, suspensão de direitos, prisão preventiva e demissão. O Congresso é fechado, deputados são cassados. Começa a censura prévia à imprensa e às artes. Lideranças políticas e populares, artistas e pensadores são obrigados a partir para o exílio. Padres progressistas, operários, professores, estudantes, jornalistas, artistas são perseguidos, presos, torturados e mortos. O governo militar, além da truculência, utiliza-se de outro expediente: acena com os êxitos de sua política econômica, conhecida como Milagre Econômico, em campanhas e propagandas publicitárias ufanistas. Alienadas, as camadas médias apóiam o regime, acreditando que estão dadas as condições pelas quais ascenderão socialmente por seus próprios méritos e virtudes pessoais.



“ Salvamos o nosso programa de governo e salvamos a democracia, voltando às origens do poder revolucionário.



frase - Em discurso do então presidente Marechal Artur da Costa e Silva transmitido, no final de 1968, por rádio e televisão sobre o Ato Institucional N° 5 (AI-5). O AI-5 permitia aos golpistas, instauradores da ditadura militar no Brasil, entre outras medidas, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, cassar mandatos eletivos, suspender os direitos de habeas corpus para crimes políticos e intervir em Estados e Municípios

foto - Presos políticos libertados por exigência de sequestradores do embaixador americano Charles Burke Elbrick, posam em frente ao Hércules 56 da FAB que os levaria para o exílio no México. De pé, a partir da esquerda: Luís Travassos, José Dirceu, José Ibrahim, Onofre Pinto, Ricardo Vilas, Maria Augusta, Ricardo Zarattini e Rolando Frati. Agachados: João Leonardo, Agonalto Pacheco, Vladimir Palmeira, Ivens Marchetti e Flávio Tavares. Rio de Janeiro, 1969

1962 - 1980

A REGULAMENTAÇÃO E OS TEMPOS DA DITADURA



DA REPRESSÃO Á RESISTÊNCIA

A Lei 4119 de 27 de agosto de 1962 reconhece a profissão de psicólogo, fixa normas para a atuação profissional e estabelece um currículo mínimo para sua formação. Os campos de atuação são aqueles que se consolidaram como prática no período anterior: clínica, escolar-educacional e organização do trabalho.

A ditadura militar e as condições por ela imposta criam problemas para o desenvolvimento da profissão. A Lei 5692/71 retira a disciplina Psicologia do currículo do então ensino de 2º Grau. A Reforma Universitária de 1968, em nome da democratização do ensino superior, possibilita a proliferação de faculdades privadas, formando grande contingente de profissionais sem possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, que se retrai para áreas como a Psicologia. Ao mesmo tempo, essas escolas tornam a docência uma alternativa de trabalho para psicólogos, muitos dos quais fazem desse espaço o lócus para a resistência política e para a produção de uma Psicologia crítica, discutindo e divulgando, entre outras, ideias libertárias inspiradas na antipsiquiatria e nos grupos operativos, críticas e elaboração de novas possibilidades de atuação na educação e no trabalho, assim como a busca de novos aportes teóricos, sobretudo no âmbito da Psicologia Social. A Psicologia Clínica, praticada nos consultórios particulares, tendo como referência o modelo didático, torna-se o sonho de muitos profissionais, embora reforce a elitização da profissão e seja restrita como campo de trabalho. O clima de restrição ao livre pensamento e liberdades individuais, favorece perspectivas idealistas e tecnicistas na área, mas isso não foi suficiente

para que, já na década de 1970, a crítica à esta Psicologia e a busca de alternativas teóricas e práticas não começassem a se concretizar. O discurso intimista forjado nesses anos é aceito pelas famílias que culpam os filhos e a si mesmas por sua “desestruturação”, “crises” e “desvios”, sem perceber as relações de determinação sociohistórica na constituição do psiquismo. A exclusão social é explicada com argumentos psicológicos. Alguns psicólogos apoiam práticas repressivas da época, encobrindo, ignorando ou justificando a violência do Estado. Um exemplo é a pesquisa Perfil Psicológico do Terrorista Brasileiro (Centro de Estudos de Pessoal do Exército – Forte do Leme no RJ, 1969), que aponta características psicológicas de alguns presos políticos submetidos ao Teste de Rorschach. No entanto, boa parte opta pela oposição ao regime. O predomínio da técnica e o contexto autoritário não impedem o questionamento da transposição mecânica de modelos estrangeiros e a elitização da prática psicológica. A Psicologia brasileira passou a criticar suas referências teóricas e práticas na medida em que profissionais, professores, pesquisadores e estudantes passaram a responder às demandas dos diversos segmentos da sociedade com os quais trabalhavam. Buscam compreender, no cenário estrutural da desigualdade socioeconômica, a fala dos sujeitos imersos em práticas e discursos instituídos que legitimavam a segregação e a exclusão. São gestadas, nessas condições, práticas que procuram atender às demandas da maioria da população, até então alijada do acesso ao trabalho do psicólogo, como a psicologia comunitária e jurídica, entre outras práticas.

da esquerda para a direita

Teste de coordenação bimanual realizado na Divisão de Seleção do Senai, São Paulo

Darcy Ribeiro, em pé, e Anísio Teixeira, último à direita, na inauguração da Universidade de Brasília (UnB), em 1962

Fotografia de Madre Cristina Sodré Dória aos 68 anos, psicóloga e professora, com 12 livros publicados, foi fundadora e diretora do Instituto Sedes Sapientiae.

Teve participação ativa na resistência ao regime militar, na campanha da anistia política e na organização de movimentos sociais. Foto tirada em 1984



da esquerda para a direita

Manifestantes clamando o fim da ditadura militar

III Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, realizado em 21 de outubro de 1967, no Teatro Paramount, São Paulo

Obra de Hélio Oiticica, do período de ditadura militar no Brasil. O artista retirou a foto do traficante Cara de Cavalo de um jornal da época e alterou a legenda original por “Seja Marginal/ Seja Herói”

O Cruzeiro em edição comemorativa da conquista do tri-campeonato de futebol mundial, em 1970

Cartaz do Filme “Os Cafajestes”, de 1962, do diretor Ruy Guerra

O cineasta Glauber Rocha, fez do cinema um grande instrumento de contestação política, artística e cultural

Slogan ufanista “Brasil, ame-o ou deixe-o”, muito usado durante os anos de ditadura militar no Brasil

CIDADANIA

O fim do milagre econômico e a crise mundial do petróleo abalam o apoio das camadas médias ao governo militar. O general Ernesto Geisel substitui o general Médici falando em abertura e fim da censura. A morte de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho por torturas revelam a divisão do regime entre os militares da linha dura e moderados. Geisel aborta um golpe da linha dura e, forçado pela opinião pública que realiza manifestações e greves como a dos metalúrgicos do ABC, dá início ao processo de abertura: suspende a censura e anistia os presos políticos e exilados. Em 1982, já sob o governo do general João Figueiredo, termina o sistema de bipartidarismo. É realizada a primeira eleição direta para governadores desde o golpe de 1964. O MDB, principal partido de oposição, é o grande vencedor das eleições. O país passa por sucessivas crises econômicas e registra índices de inflação elevados. Em 1984, o Movimento Diretas Já envolve a população e vence a resistência da mídia, principalmente da Rede Globo, que não cobria as manifestações. Mesmo com a rejeição do Congresso à proposta de eleições diretas para presidente, o regime militar não se sustenta e, sob pressão da opinião pública, entrega o poder. Tancredo Neves é eleito presidente pelo Colégio Eleitoral em uma chapa de coalização formada por partidos de direita e de centro. Doente, não assume e morre pouco tempo depois. Em seu lugar é empossado o vice, José Sarney, que mobiliza o país com o Plano Cruzado para acabar com a inflação. Mas o efeito das medidas dura pouco. Em 1988 a Assembleia Constituinte entrega ao país uma Constituição contemporânea, com avanços na área social. Em 1989, finalmente, ocorrem as eleições diretas para presidente. Fernando Collor de Mello vence Luis Inácio Lula da Silva no segundo turno. Eleito com a promessa de combater a corrupção, acabar com a inflação e abrir a economia, Collor só consegue efetivar a abertura da economia. Acusado de corrupção, vê os jovens caras pintadas irem às ruas pedir o impeachment. Em dezembro de 1992 renuncia, porém ainda assim, sofre o impeachment e tem seus direitos políticos suspensos por oito anos. Em seu lugar assume o vice, Itamar Franco que, com Fernando Henrique Cardoso então Ministro da Fazenda, lança o Plano Real. Com a economia estabilizada, FHC vence Lula na disputa presidencial de 1994. Seu governo, de orientação social democrata e de cunho neoliberal, organiza a máquina administrativa, lança novos programas sociais, cria o Sistema Único de Saúde (SUS) e aprova a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. O Brasil fala em Terceiro Setor para integrar iniciativa privada e poder público em projetos sociais. FHC é reeleito em 1998, vencendo Lula nas urnas. Enfrenta uma grave crise econômica mundial. Em 2002, Lula vence o candidato da situação, José Serra, na eleição presidencial. Pela primeira vez, o país tem um presidente oriundo do operariado. Com orientação claramente popular, o governo Lula mantém as bases da política econômica de FHC, mas avança nos programas de distribuição de renda, habitação, empreendedorismo e acesso ao ensino técnico e superior. A autoestima do brasileiro se reflete nos índices de aprovação do governo. Lula é reeleito e atua como um líder de fato na crise econômica de 2008.

Uma das principais características de seus dois governos é a mobilidade social: mais de 30 milhões de brasileiros ganham poder de consumo e influência. Com a popularidade alcançada, Lula faz de Dilma Rousseff sua sucessora, a primeira mulher eleita presidente do Brasil.



“Se as esquerdas tivessem condições de mobilizar a massa humana que nós vimos na Praça da Sé, em Curitiba e Salvador, já teriam tomado o poder neste país.



frase - Tancredo Neves em fevereiro de 1984.

foto - Praça da Sé durante ato pelo Movimento Diretas Já.

1980 - 2012

O SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA E A REDEMOCRATIZAÇÃO

A PSICOLOGIA ASSUME COMPROMISSOS COM A SOCIEDADE BRASILEIRA

O Conselho Federal de Psicologia foi criado em 1971 durante o período mais duro da ditadura militar, sob o controle do Ministério do Trabalho. Somente dois anos depois o Ministério do Trabalho convoca as associações de psicologia para elegerem o Primeiro Plenário. Em processo de organização, o CFP oficializa em 1975 o primeiro Código de Ética Profissional, reformulado em 1979. Neste mesmo ano, publica o número zero da Revista Psicologia, Ciência e Profissão, em que começa a tornar pública a adesão ao movimento contra a ditadura.

Em dez anos de existência, o CFP passa de 850 para 50 mil inscritos, passando a atuar politicamente junto aos órgãos relacionados à Psicologia. Ao criar um Conselho Consultivo, composto por conselheiros federais e representantes dos CRPs, democratiza suas relações com os psicólogos. Com as liberdades democráticas restabelecidas no país, o Novo Código de Ética Profissional, de 1987, define as responsabilidades, direitos e deveres dos psicólogos de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No ano seguinte, o Conselho Consultivo decide pela realização do Primeiro Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos. Em pauta, o debate sobre a concepção corporativista e eleições diretas no CFP por meio de chapas com programa definido.

A partir de 1989 é desencadeada uma sucessão de eventos fundamentais para os rumos da Psicologia brasileira:

- O Congresso Nacional Unificado, novembro de 1989.
- Encontro Geral de Plenárias, 1991.
- I Congresso Nacional Repensando a Psicologia, 1994,



Campos do Jordão/SP.

- II Congresso Nacional da Psicologia, O Psicólogo Vai Mostrar a sua Cara, Belo Horizonte, 1996.
- III Congresso Nacional de Psicologia, Psicologia: Interfaces - Políticas Públicas - Globalização, Florianópolis, 1998.
- I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social, São Paulo, 2000.
- IV Congresso Nacional de Psicologia Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais: construindo o compromisso social da Psicologia, Brasília, 2001
- I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, São Paulo, na USP, 2002.
- Criação da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia, 2002.
- V Congresso Nacional de Psicologia, Protagonismo Social da Psicologia, Brasília 2004.
- VI Congresso Nacional de Psicologia - Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática: construindo o projeto coletivo da profissão, Brasília, 2007.
- VII Congresso Nacional de Psicologia Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos: um projeto ético-político para a profissão, Brasília, 2010.

da esquerda para a direita

Chapa do Primeiro Conselho Federal de Psicologia, que atuou de 1973 e 1976.

Grupo de pessoas no III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão, realizado em São Paulo, que teve como tema "Construir referências éticas, democráticas e participativos".

Fotografia de Silvia Lane. Foto de 1985.



da esquerda para a direita

Imagem de uma favela brasileira.

Imagem de uma Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem).

Assentamento Sem Terra.

Em defesa do movimento LGBT.

A psicologia brasileira se mostra atuante em diversos ambientes, inclusive em favelas, na Febem (atual Fundação Casa), em assentamentos de sem-terra, assim como na defesa dos direitos homossexuais.

COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Criada em 1997, a COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – CNDH do Conselho Federal de Psicologia, expandiu-se para todos os Conselhos Regionais, ampliando e fundamentando um dos princípios que norteiam as ações dos Conselhos e, por conseguinte, do que se preconiza para a Psicologia e sua inserção na sociedade brasileira, como condição fundante da ação social inerente à sua atuação.

Os objetivos da CNDH são: promover a reflexão e o debate sobre os DH relacionados à formação, à prática profissional e à pesquisa em psicologia; estudar situações de exclusão que produzem sofrimento mental; intervir em situações nas quais há violações dos DH e que produzem sofrimento mental; participar das lutas pela garantia dos DH na sociedade brasileira; participar dos movimentos nacionais e internacionais de direitos humanos; intervir em situações em que ações ou omissões do Estado produzam sofrimento mental.

Essa Comissão, implementada pelo, na época, vice-presidente do CFP, o psicólogo Marcus Vinicius de Oliveira Silva, busca a mobilização da categoria na promoção e na defesa dos Direitos Humanos como uma tarefa permanente da atuação profissional, ensino e pesquisa realizados pelos profissionais da Psicologia. Além do representante da plenária do CFP compunham a primeira CNDH Cecília Maria Bouças Coimbra (coordenadora); Elaine Maria Fleury Seidl; Heliana de Barros Conde Rodrigues; Leôncio Camino; Pedrinho Guareschi e Marta Suplicy.

Várias são as ações desenvolvidas pela CNDH, entre elas: os Encontros das Comissões de Direitos Humanos; as Campanhas, que adotam um tema específico para ser debatido e produzir modos de intervenção; os Seminários Nacionais de Psicologia e Direitos Humanos; as Inspeções, cuja finalidade é intervir em situações nas quais há violações dos DH, sobretudo quando elas produzem sofrimento mental. Outras atividades foram realizadas pela CNDH, entre elas, a expedição ao território Kaiowá-Guarani, que também contribuiu para trazer a questão indígena para a Psicologia. O CNDH também produz documentos e cartilhas, entre eles, “Adoção: um direito de todos e todas”, sobre as condições subjetivas de pessoas de qualquer orientação sexual para a paternidade/maternidade e estabelecimento de vínculos afetivos.





LUTA ANTIMANICOMIAL

O Movimento da Luta Antimanicomial no Brasil teve início em dezembro de 1987, durante o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, que foi realizado na cidade de Bauru - SP. Em dezembro daquele ano, manifestantes, dentre usuários e trabalhadores da saúde mental foram às ruas, clamando por uma sociedade sem manicômios e publicaram o Manifesto de Bauru, que sintetiza as aspirações e demandas do Movimento:

“[...] Contra a mercantilização da doença; contra uma reforma sanitária privatizante e autoritária; por uma reforma sanitária democrática e popular; pela reforma agrária e urbana; pela organização livre e independente dos trabalhadores; pelo direito à sindicalização dos serviços públicos; pelo Dia Nacional de Luta Antimanicomial em 1988! Por uma sociedade sem manicômios!” (Carta de Bauru, 1987).

O Conselho Federal de Psicologia, através de campanhas, da promoção e da participação em eventos e encontros nacionais e internacionais, tem sido um aliado do Movimento da Luta Antimanicomial em seus quase 25 anos de existência. Dentre os resultados do Movimento da Luta Antimanicomial, destacam-se a instituição do dia 18 de maio como Dia Nacional da Luta Antimanicomial e a aprovação da Lei 10.216/2001. Esta lei, aprovada em abril de 2001, garante aos portadores de sofrimento psíquico direitos e proteção, como: assistência integral, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros; foco no tratamento em serviços comunitários; tratamento com humanidade e respeito, visando a recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; acesso a informações a respeito da doença e de

seu tratamento, com garantia de sigilo nas informações prestadas; livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; tratamento em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; proibição da internação em instituições com características asilares e que não assegurem os direitos supracitados.

Muito já foi feito, mas muito ainda há a fazer. O movimento da Luta Antimanicomial permanece em plena atividade, reivindicando novos avanços nas políticas de saúde mental no país.

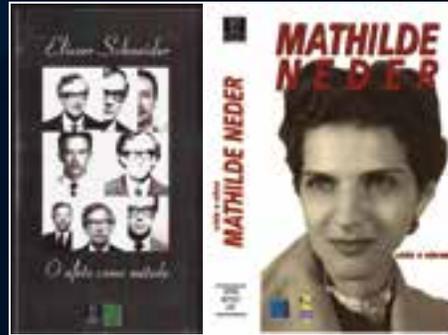


LEGENDA DO CONJUNTO
 Flagrantes das más condições das instalações e do abandono dos pacientes dos hospitais psiquiátricos brasileiros no final da década de 1970



LEGENDA DO CONJUNTO
 A Comissão de Direitos Humanos se mostra atuante em diversas esferas da sociedade brasileira. Se preocupa com os direitos de todos, como os da mulher, da criança, do preso, do idoso, do índio

PROJETO MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA



O Projeto Memória da Psicologia Brasileira teve início em 1999, com o objetivo de resgatar e ampliar o conhecimento sobre a história da Psicologia no Brasil, em seus aspectos de produção intelectual, científica, institucional e profissional. Este Projeto, desde a sua criação, conta com a parceria do Grupo de Trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

No âmbito do Projeto Memória da Psicologia Brasileira, foram editadas as seguintes obras: Coleção Pioneiros da Psicologia no Brasil, Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira, Coleção Histórias da Psicologia no Brasil, Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil e Dicionário Histórico de Psicologia no Brasil. O Projeto foi responsável também pela realização de uma coleção de vídeos sobre a vida e a obra de um conjunto de psicólogos que tiveram grande participação no desenvolvimento do conhecimento psicológico e na institucionalização da profissão do psicólogo no Brasil.



LEGENDA CONJUNTO SUPERIOR

Capas de vídeos biográficos produzidos e editados através do Projeto Memória da Psicologia Brasileira

CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

O Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, promovido pelo Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), constitui-se como um espaço para o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil e para o encontro da ciência com a profissão.

O I Congresso Brasileiro de Psicologia aconteceu entre os dias 1º e 5 de setembro de 2001, na Universidade de São Paulo. Durante o evento foram apresentados 2010 painéis, 411 mesas-redondas/simpósios, 57 Conversando Sobre..., 43 cursos e 26 conferências e mais de 35 estandes de instituições e editoras, para um público de mais de 12000 inscritos.

O II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão - enfrentando as dívidas históricas da sociedade brasileira, aconteceu entre os dias 5 e 9 de setembro de 2006, no Memorial da América Latina e na Uninove, em São Paulo, contando com mais de 6000 inscritos. Este evento foi marcado pela construção de uma escultura humana com a participação de milhares de psicólogos, representando a reconstrução da psicologia a partir do reconhecimento de que temos uma dívida com a sociedade brasileira.

O III Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão aconteceu entre os dias 3 e 7 de setembro de 2010, também no Memorial da América Latina e na Uninove. O tema do evento foi Construindo referenciais éticos, democráticos e participativos.

Configurando-se como o maior evento da Psicologia no

Brasil, o Congresso Brasileiro de Psicologia é importante para o desenvolvimento da identidade dos psicólogos, apresenta a possibilidade para que todas as questões, abordagens e construções da psicologia possam ser divulgadas e debatidas e é um lugar para o desenvolvimento do compromisso da Psicologia com as necessidades da sociedade brasileira.



LEGENDA DO CONJUNTO

Imagens dos três Congressos Brasileiros de Psicologia realizados em São Paulo



LEGENDA DO CONJUNTO

Capas de livros publicados pelo Conselho Federal de Psicologia através do projeto Memória da Psicologia Brasileira.

Exposição 50 anos da Psicologia no Brasil



2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia

(Anhembi/São Paulo)



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SAF SUL (Setor de Administração Federal Sul)
Quadra 2, Bloco B
Edifício Via Office, Térreo. Sala 104
CEP.: 70070-600 - Brasília/DF
fone: (61) 2109-0100
www.cfp.org.br



Conselho Regional
de Psicologia SP

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO - CRP 06

Rua Arruda Alvim, 89
CEP: 05410-020 - São Paulo/SP
fone: (11) 3061-9494
fax: (11) 3061-0306
e-mail: atendimento@crpsp.org.br
orientacao@crpsp.org.br

SUBSEDES:

ASSIS

Rua Osvaldo Cruz, 47
CEP: 19800-000 - ASSIS/SP
fone: (18) 3322-6224 - (18) 3322-3932
e-mail: assis@crpsp.org.br

BAIXADA SANTISTA E VALE DO RIBEIRA

Rua Dr. Cesário Bastos, 26
CEP: 11075-270 - SANTOS/SP
fone: (13) 3235-2324 - (13) 3235-2441
e-mail: baixada@crpsp.org.br

BAURU

Rua Albino Tâmbara, nº 5-28
CEP: 17012-470 - BAURU/SP
fone: (14) 3223-3147 - (14) 3223-6020
e-mail: bauru@crpsp.org.br

CAMPINAS

Rua Frei Manoel da Ressureição, 1251
CEP: 13073-021 - CAMPINAS/SP
fone: (19) 3243-7877 - (19) 3241-8516
e-mail: campinas@crpsp.org.br

GRANDE ABC

Rua Almirante Tamandaré, 426
CEP: 09040-040 - SANTO ANDRÉ/SP
fone: (11) 4436-4000 - (11) 4427-6847
fax: (11) 4990-7314
e-mail: abc@crpsp.org.br

RIBEIRÃO PRETO

Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168
CEP: 14020-290 - RIBEIRÃO PRETO/SP
fone: (16) 3620-1377 - (16) 3623-5658
fax: (16) 3913-4445
e-mail: ribeirao@crpsp.org.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Rua Coronel Spínola de Castro, 3360 2º
andar - Bl. B - Edif. Firenze
CEP: 15015-500 - S. J. DO RIO PRETO/SP
fone: (17) 3235-2883 - (17) 3235-5047
e-mail: sjrpreto@crpsp.org.br

SOROCABA

Rua Armando Sales de Oliveira, 189
CE: 18060-370 - SOROCABA/SP
fone: (15)3211-6368 - (15) 3211-6370
e-mail: sorocaba@crpsp.org.br

VALE DO PARAÍBA E LITONAL NORTE

Rua Nancy Guisard, 25
CEP: 12030-130 - TAUBATÉ/SP
fone: (12) 3631-1315
e-mail: vale@crpsp.org.br



Conselho
Federal de
Psicologia



Conselho Regional
de Psicologia SP

